



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/07/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



INSS estuda aceitar uso de transporte público como prova de vida

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estuda usar os equipamentos de controle biométrico de sistemas de transporte público para que aposentados, pensionistas e demais beneficiários de auxílios federais provem que estão vivos.

“Estamos nos articulando com a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (DF) para que um assegurado nosso, ao passar por uma catraca [de ônibus ou metrô] em que haja identificação biométrica, faça sua prova de vida”, revelou o presidente do instituto, Alessandro Stefanutto, na manhã desta quarta-feira (19).

A proposta, ainda em análise, seria futuramente ampliada para outras localidades.

O objetivo, segundo Stefanutto, seria tornar a prova de vida menos burocrática, ampliando as formas dos segurados comprovarem que estão vivos para continuar recebendo os benefícios previdenciários.

Este ano, a prova de vida passou a ser feita pelo próprio INSS, por meio do cruzamento de informações registradas em bases de dados do próprio instituto ou de outros órgãos e entes federais.

No começo de fevereiro, o INSS publicou portaria detalhando os procedimentos considerados válidos para atestar que o beneficiário está vivo.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 20 de julho.

Isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000 pode ficar para 2025, diz Tebet

A ministra do Orçamento e Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta quarta-feira (19) que programas ainda não anunciados formalmente, como a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5.000 mensais, podem ficar para 2024 ou 2025, a depender de discussões com a Fazenda baseadas na tramitação da reforma tributária no Senado.

Segundo a ministra, o governo federal hoje dispõe de um "espaço fiscal" maior por causa da PEC da transição, mas que esse espaço será elevado com a promulgação do novo marco fiscal.

Em entrevista a jornalistas na sede do Ministério da Fazenda, após reunião com o ministro da pasta, Fernando Haddad, Tebet explicou, porém, que grande parte do maior espaço fiscal será destinado a investimentos na área da saúde.

Questionada sobre se mudanças no texto do arcabouço fiscal impactariam a elaboração de políticas públicas prometidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tebet explicou que a maior parte dos programas propostos por ele já haviam sido anunciados e, portanto, já estavam incluídos no orçamento.

A ministra destacou que, além do marco fiscal, a tramitação da reforma tributária na Câmara seria a "cereja do bolo" de uma série de acertos da área econômica do governo, entre outros fatores, que resultaram em um cenário macroeconômico mais positivo.

"Nem nos nossos melhores sonhos nós podíamos imaginar que, numa projeção inicial de crescimento de menos de 1% do PIB, de 0,7%, já temos uma projeção de crescimento de 2,5%, inflação e inflação de alimentos, que é mais importante, em queda... O preço dos combustíveis subindo, impactando positivamente os outros números macroeconômicos, câmbio valorizado com a depreciação do dólar. Então, o balanço foi extremamente positivo", afirmou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de julho.

Mello avalia que aumentaram as chances de inflação fechar 2023 dentro da banda da meta

Projeções mostram aumento expressivo da chance de a inflação fechar 2023 dentro da banda de tolerância da meta neste ano, disse nesta quarta-feira (19) o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, reforçando a pressão para que o BC (Banco Central) corte a taxa básica de juros.

"Temos, a nosso ver, condições colocadas há algum tempo [...] para um processo vigoroso, um processo sustentado de redução da taxa básica de juros", disse.

Em entrevista para comentar projeções do governo para indicadores econômicos, Mello destacou que a taxa de câmbio no Brasil teve expressiva valorização, o que colabora significativamente para queda da inflação, e que o cenário externo também apresenta fatores desinflacionários.

Em seu Relatório Macrofiscal apresentado nesta quarta-feira, a SPE (Secretaria de Política Econômica) reduziu sua estimativa para a alta do IPCA a 4,85% em 2023, contra 5,58% da projeção anterior. Para 2024, o patamar foi estimado em 3,30% –estava em 3,63% antes.

A meta para o IPCA é de 3,25% para este ano e 3% para 2024, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual nos dois casos.

Na entrevista, Mello argumentou que o elevado nível de juros é um dos fatores mais importantes para explicar a trajetória do endividamento público, enfatizando que uma redução da Selic terá efeito positivo sobre dados fiscais, econômicos e sociais.

Segundo ele, o governo federal deve gastar neste ano 680 bilhões de reais em pagamento de juros da dívida pública, cifra maior do que os desembolsos feitos a ministérios de grande porte, como os que cuidam de Saúde e Educação.

"É importante que o Brasil se aproxime o quanto antes de um padrão minimamente comparável a seus pares [no nível de juros]", afirmou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de julho.

Governo vai enviar projeto de lei para tributar fundos de super-ricos, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quarta-feira (19) que o governo vai encaminhar um projeto de lei para tributar fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda (chamados de super-ricos).

A proposta será enviada ao Congresso junto com o Orçamento de 2024, que precisa ser apresentado até 31 de agosto. Isso é necessário para que a arrecadação esperada com a medida possa ser contabilizada nas estimativas de receita. Os valores ajudarão a alcançar a meta de déficit zero no ano que vem.

Haddad confirmou o envio da medida em rápida entrevista a jornalistas após uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para "acertar a pauta do segundo semestre".

"Tem um conjunto de medidas que vão junto com o Orçamento e que não passam pelo Imposto de Renda de Pessoa Física", afirmou o ministro. Questionado sobre a tributação dos fundos exclusivos, ele disse que a iniciativa está prevista e "deve ir como PL (projeto de lei)".

A elevação das receitas é um pilar central para a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal. A equipe econômica traçou metas ambiciosas para o mandato e prometeu zerar o déficit já no ano que vem.

Os fundos exclusivos de investimento são aqueles em que poucos cotistas mantêm valores expressivos em aplicações. Hoje, quem investe nesses fundos recolhe IR (Imposto de Renda) apenas no resgate dos recursos, o que pode levar anos.

A sistemática é diferente de outros fundos, que sofrem incidência do chamado "come-cotas", cobrado periodicamente sobre os rendimentos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 20 de julho.